



É RETA FINAL



**DIREITO
ADM**
com

Viviane Maia



11 de maio,
(sábado) às 20h

 **YouTube**

Lives no Youtube
Isaquel Silva/EP

SEMANA DA ULTRAPASSAGEM SEMOB OLINDA DIREITO ADMINISTRATIVO / VIVIANE MAIA

1º) A criação de uma autarquia municipal para cuidar de determinado serviço público é um exemplo de:

- A) Concentração.
- B) Centralização.
- C) Desconcentração.
- D) Descentralização.

2º) Acerca das empresas públicas e das sociedades de economia mista, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O capital das empresas públicas é exclusivamente público, podendo sua origem ser federal, distrital, estadual ou municipal.
- B) A empresa pública é pessoa jurídica de direito privado, criada por lei mediante proposta do Presidente da República.
- C) As sociedades de economia mista são criadas mediante autorização legislativa e além de explorar atividade econômica podem também prestar serviços públicos.
- D) A maioria do capital das sociedades de economia mista é público.

3º) Jardel deseja vender sanduíches em uma praça pública próxima a sua residência. Para tanto, comprou um trailer e o instalou em cima da praça, para que possa atender seus clientes. Porém, Jardel não obteve nenhum tipo de autorização para montar essa operação. Após alguns meses de atividade, os fiscais da prefeitura interditaram o negócio e realizaram o reboque do trailer.

A situação acima descrita exemplifica a expressão do poder:

- A) Hierárquico.
- B) De Polícia.
- C) Regulamentar.
- D) Moderador.

4º) Acerca dos Poderes Administrativos assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Poder Vinculado é o poder que a Administração tem de praticar atos administrativos com discricionariedade, usando da conveniência e oportunidade.
- B) O Poder Hierárquico é aquele através do qual a Administração Pública aplicar penalidades às infrações funcionais de seus servidores e demais pessoas.
- C) O Poder Discricionário concede à Administração o poder de praticar atos administrativos, valorando a oportunidade e conveniência do ato discricionário, estabelecendo dentro dos limites legais, seu conteúdo.
- D) O Poder Regulamentar é a faculdade que dispõe a Administração de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade.

5º) No que diz respeito aos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA quanto aos seus elementos.

- A) O objeto é o efeito jurídico imediato; a finalidade, o efeito mediato.
- B) O objeto é o efeito jurídico mediato; a finalidade, o efeito imediato.
- C) O objeto e a finalidade são efeitos imediatos.
- D) A finalidade e o objeto são efeitos mediatos.

6º) Assinale a alternativa que CORRETAMENTE descreve a forma de extinção do ato administrativo decorrente da inobservância de condição essencial para dar continuidade à determinada situação jurídica:

- A) Anulação.
- B) Revogação.
- C) Cassação.
- D) Convalidação.

7º) Assinale a alternativa que NÃO indica um dos componentes que constituem a infraestrutura do ato administrativo.

- A) Finalidade.
- B) Forma.
- C) Motivo.
- D) Subjetivo.

8º) Acerca dos requisitos do ato administrativo, julgue os itens a seguir:

I- A competência é requisito vinculado do ato administrativo, isso porque, para que o ato seja válido é necessário verificar se foi praticado pelo agente competente conforme a legislação para a prática da conduta.

II- Conforme a corrente majoritária são cinco os requisitos do ato administrativo: competência, objeto, forma, motivo e finalidade. Sendo o objeto e o motivo discricionários.

III- O motivo, requisito vinculado do ato administrativo, é a situação de fato e o fundamento jurídico que autorizam a prática do ato.

Assinale a alternativa CORRETA:

- A) As assertivas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas a assertiva II é verdadeira.
- C) A assertiva III é falsa.
- D) Todas as assertivas são verdadeiras.

9º) Existindo conduta de um agente público, no exercício de sua função legal, que venha a causar prejuízo a terceiro, de acordo com a Teoria do Risco Administrativo, é correto afirmar que:

- A) O Estado responde subjetivamente pelos danos que seus agentes provocarem com dolo ou culpa. Entretanto, não existe responsabilidade do Estado, por prejuízos causados a terceiros, por atos que sejam lícitos.
- B) O Estado responde objetivamente, uma vez presente a conduta administrativa, o dano e o nexo causal. Não é possível haver regresso contra o agente público, salvo atuação com dolo específico para o resultado, não bastando a simples culpa do agente.
- C) O Estado responde subjetivamente pelos danos causados por seus agentes, uma vez presente a conduta administrativa, o dano e o nexo causal. Isto porque todo ato administrativo que provoque dano a terceiro deve ser considerado ilícito e, por conseguinte, passível de reparação por dolo ou culpa.
- D) O Estado responde objetivamente, uma vez presente a conduta administrativa, o dano e o nexo causal, podendo haver o regresso contra o agente público, caso ele tenha agido com dolo ou culpa.

10º) A participação da sociedade na administração pública, com objetivo de acompanhar e fiscalizar as ações de Governo, a fim de solucionar os problemas e assegurar a manutenção dos serviços de atendimento ao cidadão recebe o nome de

- A) controle interno.
- B) controle social.
- C) controle externo.
- D) controle financeiro.

REVISÃO PRESENCIAL NO RECIFE



REVISÃO DE VESPERA SEMOB OLINDA-PE



18 de maio



8h às 17h30



Auditório do INTERDATA

